

362

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território?

FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO

JOÃO LUÍS FERNANDES

Centro de Estudos Geográficos

Universidade de Coimbra

Introdução

A sociedade ocidental tem sido atravessada por mudanças económicas, culturais e ambientais que se espelham na necessidade de (re)ler conceitos e paradigmas de desenvolvimento.

O quadro rural que durante séculos dominou na Europa, transforma-se por via da Revolução Industrial em outra sociedade onde a industrialização se alia à urbanização, onde formas de mobilidade instaladas há muito dão lugar a outros modos de “percorrer” o espaço; onde novos conceitos de tempo livre e lazer emergem e se diversificam. Ao mesmo tempo que se instalam outras tipologias de comportamentos demográficos, sociais e culturais, novas atenções sobre o ambiente vão emergindo. É neste contexto que as territorialidades urbanas se entrelaçam progressivamente com o mundo rural; que o rural, nem sempre em harmonia, se terciariza. Territórios rurais e urbanos aproximam-se, ainda que separados por funções diferentes que servem de base a novas relações de vizinhança. Não só os cidadãos olham e sentem o “mundo rural” de outro ou outros modos, como este convive, cada vez mais, com o “espaço urbano” segundo novas regras.

Sistemas de valores e desenvolvimento territorial em finais de milénio

As conquistas tecnológicas, os ganhos materiais e os avanços na produtividade promovem, na sociedade em geral, momentos de incerteza e de insegurança, numa época de redefinição de conceitos, atitudes e valores. Esta reconceptualização materializa-se na organização dos territórios, que assim passam a ser percebidos e consumidos de modo diferente do ocorrido nas sociedades da pré-modernidade ou mesmo da modernidade.

É ainda deste modo, e no âmbito do cada vez mais complexo quadro social, que envolve o ser humano da pós-modernidade, que se têm reestruturado as políticas de desenvolvimento regional, discutido os conceitos de desenvolvimento, reequacionado os modos de intervir sobre os territórios e repensada a dicotomia urbano/rural.

Se até há pouco se acreditava no sucesso dos denominados paradigmas funcionalistas e difusionistas do desenvolvimento (Moreno e Moreno, 1998), aqui associado em exclusivo ao crescimento económico centrado em territórios urbanos e industriais, a pós-modernidade veio abrir caminho à valorização de outras estratégias. A capitalização das baixas densidades, a concepção de que mesmo em espaços geográficos com escasso poder polarizador se podem encontrar bases para um desenvolvimento alternativo, mais qualitativo, embora também conciliador com os paradigmas mais racionalistas, constituem plataformas de reflexão que abrem importantes interrogações e algumas esperanças para o futuro de alguns territórios e populações. A reacção aos modelos de crescimento económico do pós II Guerra Mundial não constituem, no entanto, uma novidade da pós-modernidade das sociedades ocidentais contemporâneas. Embora com objectivos e enquadramento filosófico diferentes, já nos anos 60 encontramos grupos que abandonaram as cidades em direcção ao espaço rural, numa mobilidade de retomo à natureza e construção de subculturas supostamente auto-suficientes. Tratou-se de um fenómeno de reacção que explodiu com o Maio de 68 (Castells, 1976).

Apesar disso, é no actual quadro de crescente interdependência territorial que ganham destaque as teses territorialistas do desenvolvimento, como que a sublinhar a capacidade de sobrevivência de cada território com base nas suas especificidades, o que é o mesmo que defender políticas e intervenções particulares para contextos espaciais diferentes.

As práticas de massificação do fordismo convivem no presente com a valorização da diversidade, da criatividade e da inovação. Colidem hoje políticas imediatistas de curto prazo, com intervenções de mais longo alcance. Se, de um modo geral, o desenvolvimento se continua a associar a espaços urbanos e

industriais (embora estes com morfologia e funcionalidades sempre diferentes e mais complexas), na actualidade dá-se também lugar de destaque a projectos alternativos de afirmação de territórios que, no caso da Europa, sofreram desde meados do presente século, um processo de progressivo despovoamento. O desenvolvimento rural ganha assim uma nova dimensão. Esta evolução é acompanhada pela emergência de novos actores de desenvolvimento: desde os resultantes de um sistema centralizado e usurpador de iniciativas locais, até à emergência de uma densa teia de interventores sobre o espaço geográfico. Uma prática de desenvolvimento já não perante uma população passiva, objecto inerte de políticas exógenas, mas sim para (ou com) uma população animada pelo espírito de cidadania participativa, pela atitude crítica, pela capacidade de auto-valorização e auto-condução da sua vida pessoal e colectiva. Pelo *princípio da subsidiaridade*, cada problema deve ser resolvido na escala mais conveniente para o bem estar geral. Entretanto, ganha sentido um outro conceito, o de desenvolvimento local, no âmbito do qual se privilegiam as decisões e intervenções de sentido *bottom-up*.

Nas sociedades da pós-modernidade mudam ainda os modos de inserção no colectivo. Alteram-se as relações e o próprio conceito de trabalho. A apresentação do teletrabalho como um previsível modelador da organização territorial e a já visível expansão do tempo dedicado a actividades não-produtivas são disso testemunhos (Umbelino, 1999). Modificam-se do mesmo modo (embora não em todas as escalas, nem em todos os territórios ou grupos sociais) as relações entre o homem e os recursos, entre a sociedade e a natureza. Desde as políticas exploradoras (que ficaram registadas em muitas fases da História da humanidade e marcam ainda muitos pontos da actual Geografia mundial) até novas atitudes de respeito pelo meio. Renova-se uma ideologia de retomo à natureza, que começa por conquistar adeptos entre as classes média e alta, sobretudo dos países mais desenvolvidos e, acompanhando uma mudança de valores, percorre o ciclo utopia-moda-difusão: de uma sociedade industrial para um sociedade de serviços, uma sociedade ‘mais limpa’, ‘mais verde’, em suma, um novo homem, numa nova relação com a natureza (Martins, 1993). Um outro modo de “olhar” o rural. A sociedades da *pós-transição demográfica* correspondem assim valores e atitudes de uma *pós-transição ecológica*, onde se conciliem o aumento da produtividade e o respeito pela natureza (Hatzius, 1996).

A sustentabilidade, conceito com origem nos inícios da década de 70, tem também ganho relevo e visibilidade mediática. Descobrem-se as gerações futuras como protagonistas no momento da definição e aplicação de um modelo

de desenvolvimento. No presente, dilata-se ainda o âmbito da sustentabilidade: não importa apenas a preservação da qualidade de vida das populações vindouras mas, em quadros sociais mais atentos e exigentes, a procura de quotidianos de excelência é também um objectivo da população contemporânea.

Ao mesmo tempo, reconceptualiza-se a noção de recurso. Este tem uma conotação contextualizada no tempo e no espaço, nas necessidades colectivas e na tecnologia disponível: 'é-se recurso num dado local e num certo momento'. Na contemporaneidade, face aos novos enquadramentos sociais e territoriais, este conceito alarga-se e adquire maiores componentes de imaterialidade. Não tem sido a actividade turística, apenas para citar um exemplo, também sustentada nas identidades de cada lugar e nas especificidades culturais de cada população? Em tempos de globalização e de aparente tendência de uniformização, a imaterialidade dos recursos surge então como uma componente do processo de afirmação e de valorização do "irrepetível" (Martins, 1993). O simbolismo da singularidade pode tomar-se, assim, em certas condições de inovação, um factor de progresso. Para José Reis, uma das condições do desenvolvimento é o adensamento das inter-relações, facto possível *"na medida em que os espaços a desenvolver valorizem as suas culturas - culturas materiais, desde logo, porque cada território tem um saber-fazer essencial - mas também, evidentemente, culturas simbólicas, que representam a base mais sólida da auto-estima"* (Reis, 1998).

Será arriscado acreditar numa pós-modernidade onde seja possível a (reconciliação entre sistemas de valores diferentes? Trata-se de uma visão de excessivo optimismo? Talvez seja a simples constatação da complexidade que caracteriza o quadro social neste início de milénio em sociedades que registaram aumentos significativos em termos de produtividade e bem estar material (embora num dinamismo cada vez mais marcado pelas disparidades sócio-territoriais e pela emergência de novas fronteiras).

Essa complexidade não implica uma reconversão definitiva e radical de valores ou, dito de outro modo, dos paradigmas que enquadram o modo de entender a teoria e a prática do desenvolvimento com vista às metas que de modo usual se associam a este: riqueza, bem estar, conforto, qualidade de vida,... As referidas reconceptualizações do território e dos paradigmas de desenvolvimento não evoluem num único sentido nem se substituem às ideologias que, de um modo geral, suportaram o crescimento económico nas sociedades ocidentais do pós II Guerra Mundial. Os sistemas de valores não evoluem por rupturas mas sim por sedimentações em camadas sucessivas nas quais a superior

é mais que a simples soma ou acrescento em relação às anteriores. É nesta lógica que Walter Leimgruber (1994,1998) define o binómio *secular/sacred values*, os primeiros emanados de um sistema quantitativo de concorrência e delapidação, os segundos assentes em ópticas mais humanistas de vivência dos quotidianos e de afirmação dos territórios.

Esta discussão tem uma óbvia relação com a paisagem, com a organização territorial das sociedades e remete-nos ainda para a problemática das diferenciações, sempre simplistas e incompletas, entre os territórios mais dinâmicos, os *core* definidores e polarizadores do sistema, e as periferias (ou margens desse sistema aberto e interdependente). Esta concepção funcionalista apresenta-se marcada pelo simplismo das visões demasiado esquemáticas. A leitura da realidade geohumana não poderá ser feita com clareza sem o apelo à problemática dos paradigmas de desenvolvimento e dos sistemas de valores. Em que quadro territorial e em que contexto histórico poderemos considerar um território como marginal? Marginal em relação a quem ou a quê? A simples procura de uma hierarquização não implica o erro de colocarmos cada lugar ou cada população na mesma lógica de um processo de desenvolvimento unidimensional?

Por outro lado, a marginalidade de um dado território, associada à falta de poder político e económico (não necessariamente nesta ordem) não é uma fatalidade. Dentro da Geografia Humana, certas correntes consideram mesmo que a marginalidade (Smith, 1999) *'provide a strategic location- a position of strength for those with new ideas about history, destiny; society and space*. A complexidade social em que se vive abre as portas desses territórios a outras possibilidades de afirmação. É deste modo que a estruturação dos sistemas de valores se associa à funcionalidade das unidades geográficas que compõem o todo mundial interdependente. Em cada territorio existe um recurso, um conjunto de potencialidades, urna porta de saída para a crise, uma possibilidade de inserção no sistema. Existem, em suma *"realidades positivas a descobrir"* (Reis, 1998). Portugal pode, em alguns casos constituir um exemplo para esta reflexão.

O territorio de Portugal Continental. Breve Relance. Os Novos (?) Recursos

Portugal Continental tem urna superficie aproximada de 89 mil Km². Posicionado no extremo ocidental da Península Ibérica e na ponía Sudoeste da Europa, o territorio continental tem urna costa atlántica de cerca de 830 Km. Estes dados locativos não deixaram nunca de marcar o dinamismo geográfico do país, facto relevante para a actividade geoeconómica na qual centraremos a nossa análise: o turismo.

Embora o seu território não exceda os 15 % do total da Península Ibérica, a Geografia Humana de Portugal Continental apresenta-se complexa (numa heterogeneidade que aumentaria se acrescentássemos a esta reflexão os dois territórios de administração autónoma: os arquipélagos da Madeira e dos Açores). Espaço geográfico aberto aos fluxos da globalização e em conexão com a arquitectura global de relações, esta Geografia Humana resulta, entre outros factores: do passado Histórico, do modo como o país se foi integrando no sistema internacional e das políticas desenvolvidas e aplicadas ao território português.

Portugal tem uma rede urbana débil e desestruturada. Um território com forte polarização que se reflecte numa estrutura de povoamento desequilibrada, litoralizada, com duas manchas de densidade mais visíveis: as Áreas Metropolitanas do Porto e, sobretudo, de Lisboa, ponto no qual se concentra a maior fatia dos poderes económico e político.

Dada a largura máxima do território continental (não existe nenhum ponto de Portugal Continental que diste mais de 218 km da linha de costa), o país pode no seu conjunto ser considerado um espaço geográfico litoral. Ainda assim, o até há poucos anos mapa das distâncias relativas aconselhava alguma prudência nesta catalogação. Os diferentes ritmos de desenvolvimento requerem também uma análise mais cuidada, ao ponto de ser comum, e mediática, a segmentação (que actualmente é mais sócio-económica que locativa) entre um Portugal Litoral (coincidente com os territórios de ocupação urbana mais densa posicionados entre as áreas metropolitanas referidas e ainda o Algarve Litoral) e um Portugal Interior, uma outra fachada que, embora não apresente as características de ruralidade que dominaram a imagem do país até aos anos 60 é, apesar disso, um território onde até há pouco o sector primário se apresentava como a esfera de actividades dominante.

O aprofundamento da participação portuguesa na lógica de relações exteriores; a entrada na C.E.E. em 1986 e posterior participação no grupo de vanguarda da União Económica Europeia; a permeabilidade crescente do país e das suas actividades tradicionais às leis da concorrência internacional e à lógica da racionalidade económica, apenas veio acentuar, em grande parte do território português normalmente apontado como menos dinâmico, o reequacionamento de um sistema de povoamento mal adaptado ao contexto deste início de milénio. A concentração urbana da população, primeiro nos grandes centros portugueses e europeus, agora também nos núcleos urbanos mais modestos do interior, aponta uma dinâmica territorial cujas raízes se aprofundam na história recente da população portuguesa. Com efeito, mercê do comportamento das curvas demográficas e do posicionamento da população portuguesa nas etapas da Transição Demográfica, já nos anos 50/60 deste século as curvas da demografia

e da economia divergiram, com a conseqüente carência de oportunidades de vida para uma população jovem activa que assim encontrou no ciclo emigratorio europeu uma alternativa de sobrevivência, sustentada pela posição do país na divisão internacional do trabalho: êxodo rural, êxodo agrícola e urbanização - processos territoriais que deixaram marcas na Geografia Humana do Portugal Interior e não só. Por exemplo, em 1991, cerca de 52% dos concelhos de Portugal Continental apresentavam uma máximo de população anterior a 1960 (Femandes, 1996).

Foi deste modo que o sistema de povoamento português se foi adaptando às novas realidades geoeconómicas, com uma larga percentagem de concelhos a registarem no final de milénio uma baixa densidade populacional (em relação à média nacional) e, por falta de um centro urbano dinamizador, um fraco poder polarizador. Concelhos, enfim, com baixa densidade de relações económicas e políticas e muito tocados *“pelo êxodo para as cidades do litoral e pela emigração, face à predominância de uma agricultura familiar, insuficiente em termos de ocupação e rendimento, por todo o Norte e Centro, e face à grande agricultura do Sul, mais ou menos extensiva e mecanizada, não empregadora de mão-de-obra epouco dinâmica e competitiva”* (Cavaco, 1999).

Por outro lado, a globalização pressupõe o aumento da circulação de populações e de investimentos, a intensificação da mobilidade de fluxos materiais e imateriais. Deste modo, pode constituir, mercê do seu efeito selectivo, hierarquizante e competitivo, um handicap para os territórios menos vocacionados para enfrentar quadros territoriais mais abertos e interdependentes. No entanto, a mesma globalização pode abrir outras oportunidades de progresso para esses mesmos espaços geográficos, embora com base em referenciais e lógicas diferentes, ainda que complementares.

O despovoamento dos territórios rurais portugueses fez-se em áreas onde a presença humana foi uma constante histórica. Esses territórios são por isso um reservatório de património material e imaterial. Pode esta realidade patrimonial, no contexto de uma sociedade pós-moderna mais exigente mas também com maior capacidade económica de aquisição e maior mobilidade, constituir uma via, ainda que apenas alternativa, de afirmação? Se tivermos em conta o referencial europeu, o desenvolvimento económico português foi tardio. Este facto pode significar alguma vantagem comparativa em termos de conservação do mundo rural. No entanto, a valorização dos factores locais de desenvolvimento, ainda que tradicionais e vinculados a um determinado território, exige inovação, capacidade de organização, actores e processos de valorização. Uma potencialidade não é por si só um recurso se não recair sobre si uma teia organizativa que permita a produção de bens consumíveis, quer por populações autóctones,

quer sobretudo por mercados exógenos. Aqui o espaço rural adquire uma nova dimensão- cultural, social, ambiental e também educativa.

O Turismo em Espaço Rural (TER) constitui apenas um exemplo dos vários que podem ser tratados e que nos permitem (re)ler o território; (re)aprender a conviver com outros espaços, (des)marginalizar o que tem sido marginalizado.

Este é, em suma, um dos principais debates teóricos em tomo do potencial do Turismo em Espaço Rural. De que modo a paisagem rural portuguesa pode, no contexto europeu, encontrar alternativas de desenvolvimento com base na valorização turística das suas actividades tradicionais, dos seus mosteiros, das suas casas senhoriais, da sua cultura popular? Serão esses recursos materiais e imateriais determinantes para a futura lógica de inserção destes territórios no sistema internacional? Poderão as baixas densidades ser um alicerce para um turismo difuso que crie mais bem estar nas populações locais? Ou será este turismo de dispersão uma “utopia” (Balabanian, 1999) em territórios que não encontraram a sua razão de ser na nova realidade geoeconómica portuguesa e, agora por inerência da globalização, europeia e mundial? Será uma solução que apenas sirva para manter edifícios mas não o suporte de uma estrutura local de povoamento?

Desenvolvimento, Actividade Turística e Turismo Rural em Portugal. Evolução Recente.

A morfologia do território português está fortemente marcada, mesmo à escala local, pela actividade turística. De um total de cerca de 7 milhões e 330 mil, em 1990, o território nacional registou, em 1997, 8 milhões e 750 mil hóspedes. As características climáticas do país, a extensão da linha de costa e o carácter arenoso de grande parte do seu cordão litoral, fizeram de Portugal um destino turístico orientado sobretudo para a fruição do contacto com o mar, em especial no Algarve, e para alguns centros urbanos com maior capacidade de atracção, com destaque para Lisboa.

Em comparação com a realidade de países como a França e, sobretudo, a Suíça e a Áustria, a institucionalização oficial da figura comercial do Turismo em Espaço Rural é, em Portugal, recente (anos 70). Motivar e fixar alguma da população residente activa e com mais iniciativa nas áreas menos dinâmicas do país foi desde início a filosofia desta actividade: *“A imagem do que vinha sucedendo noutros países europeus, no início dos anos 70 o turismo rural começou a ser encarado oficialmente como produto a desenvolver e comercializar, junto de uma clientela nacional e estrangeira com poder de compra e apetência por férias repartidas, passadas em parte em espaços de*

paisagens grandiosas ou belas e amenas, verdes e humanizadas, calmas e conservadas por uma população residente ainda numerosa e dedicando-se a actividades agropastoris” (Cavaco, 1999)

O Turismo em Espaço Rural constitui uma fatia pouco significativa (cerca de 5% das dormidas) da actividade turística total desenvolvida no nosso país. A fraqueza dos valores absolutos pode, no entanto, não corresponder, à priori, a uma débil importância nas geografias locais de alguns pontos do espaço rural.

Se os valores absolutos da actividade turística no mundo rural português ainda são pouco relevantes, estes resultam no entanto de uma evolução que se traduziu no aumento de cerca de 176% na capacidade de oferta de alojamento, entre 1990 e 1997, e do incremento de perto de 135% no total de dormidas.

Com efeito, se Portugal se assumiu, sobretudo desde os anos 60, como um país de potencialidades no denominado turismo dos três S's (*Sun, Sea, Sand*), o território nacional já evidencia nalguns troços da sua geografia litoral os efeitos pouco sustentáveis de uma excessiva concentração temporal e sobretudo espacial da oferta (Fernandes e Cravidão, 1997) (Cravidão e Cunha, 1996).

Por outro lado, na óptica da concentração temporal, o Turismo Rural em Portugal Continental ao longo dos anos 90 não constituiu uma novidade significativa, uma vez que perto de 70% das dormidas ocorreu nos meses de Verão (Junho, Julho, Agosto e Setembro).

Ainda assim, é na dispersão territorial que esta actividade é mais inovadora.

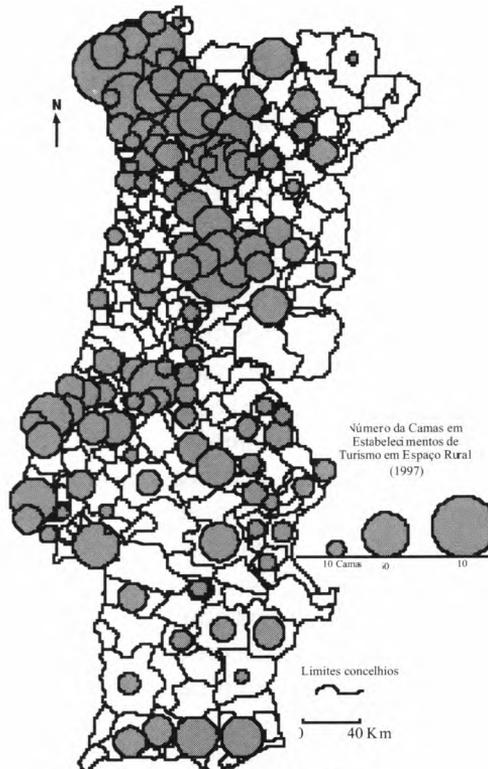
Com efeito (Fig. 1), o Turismo em Espaço Rural tem uma representação dispersa por todas as fatias da Geografia de Portugal Continental, embora com algumas densificações locais. É no Noroeste do país, na região do Minho e sobretudo num circuito em redor do concelho de Ponte de Lima que esses valores são mais importantes: a agradabilidade do clima, a maior frescura da paisagem, um espaço rural mais consolidado, com um povoamento disperso e o simbolismo associado ao Vinho Verde e ao património monumental (sobretudo de casas senhoriais e religiosas entretanto recuperadas para o efeito), assim como a iniciativa de algumas associações locais, justificam, em conjunto, este relevo. Foi para atenuar os efeitos da pulverização e dispersão local desta funcionalidade, que os promotores de turismo em espaço rural se integraram numa associação (a TURIHAB, criada em Ponte de Lima no ano de 1983), que presta serviços vários, defendendo a oferta segundo a sua qualidade e assegurando o funcionamento de centrais de reservas, a promoção e a integração em espaços internacionais de onde provém parte significativa da clientela (Cavaco, 1999).

Encontramos ainda unidades de Turismo em Espaço Rural em áreas de montanha, como a Serra de Estrela, o Gerês e a Serra Algarvia. Pontos de água como a Lagoa de Óbidos e a Barragem de Castelo de Bode, no centro do país;

o vale do Douro e a produção de vinho do Porto; e num contexto diferente, o Alentejo e as suas paisagens de maior aridez a apontar já para o Portugal Mediterrâneo, revelam um país de novas funcionalidades. Aproveitam-se antigos ‘montes alentejanos’, sedes das pretéritas explorações agrícolas latifundiárias entretanto em decadência; tiram-se partido das novas acessibilidades criadas na sequência da concretização, desde 1986, dos sucessivos Planos Rodoviários Nacionais, que entretanto rasgaram o país nos sentidos Norte-Sul e Interior-Litoral através de uma rede de infraestruturas de circulação rodoviária.

Sendo uma actividade com recente expressão comercial, não existem ainda resultados estruturais do seu impacto em Portugal. No entanto, alguns estudos para áreas específicas do território nacional (veja-se Martins, 1993, para o caso do NW) associam o desenvolvimento desta actividade a uma “revolução tranquila” no espaço rural.

Fig. 1 - Número de Camas em Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (1997).



Fonte: D.G.Turismo (1997); Guia Oficial do Turismo no Espaço Rural; Lisboa

Se é um facto a relação do turismo rural com as dinâmicas de urbanização e de terciarização, já o efeito multiplicador desta actividade parece merecer maiores reservas. Com efeito, ainda para o caso do NW português, são apontadas algumas limitações a este nível. A uma oferta cara correspondem taxas de ocupação fracas e ainda marcadas pela sazonalidade, o que cria dificuldades de geração de empregos e de capital. Por outro lado, pelo menos neste caso, o número de famílias que intervêm directamente nesta actividade é reduzido, até porque a iniciativa empresarial veio de um conjunto restrito e elitista de actores locais. Estes dados parecem dar razão ao pessimismo de O. Balabanian (1999), quando afirma que, apesar da conjuntura favorável ao sucesso desta actividade em espaço rural, *“le tourisme vert n 'est pas - sauf exceptions - une solution au dépérissement des campagnes fragiles. Le tourisme vert relève plus d'un phénomène sociologique que de l'innovation économique. Or, il ne faut pas confondre les deux ou assimiler démarche sociale et développement local ”*. Ainda assim, no caso português, embora sempre a partir de subvenções estatais, uma das áreas onde o Turismo Rural teve um impacto positivo foi na recuperação/preservação de bolsas de património arquitectónico, cuja valorização pode ter importante papel na estruturação de políticas de desenvolvimento local e sobretudo no aumento da auto-estima das populações autóctones. Por outro lado, o que está de acordo com as teses territorialistas de desenvolvimento, que apontam para a plurifuncionalidade e crescente flexibilidade dos territórios, o Turismo em Espaço Rural não pode constituir mais do que um complemento, um elo de uma rede de pluri-actividades, necessariamente com escasso impacto no território, sob pena de desvirtuar o espírito de inovação/conservação que esta actividade representa.

Conclusão

As novas necessidades criadas pela sociedade de consumo/lazer geraram e promoveram não só outras atitudes como outros comportamentos. Quer em relação à sociedade civil quer ao modo como esta partilha o território. A distinção entre rural e urbano tem cada vez menos sentido nas sociedades ditas desenvolvidas. O modo como estes dois “espaços “passaram, em parte, a conviver e a dependerem entre si diluiu progressivamente a cisão que os caracterizava. O Turismo em Espaço Rural é uma das formas de concretização dessa proximidade.

Mas este modo de consumo dos territórios não faz sentido na ausência da agricultura e/ou da pastorícia, do artesanato, de uma rede de restaurantes de prestígio e de serviços, numa plêiade de actividades tradicionais/de inovação a montante e a jusante dessa actividade de lazer.

O Turismo em Espaço Rural não pode significar assim mais do que um patamar de um conjunto de políticas personalizadas de intervenção em áreas mais débeis, cujo futuro está em aberto, como em aberto estão também os caminhos de integração desses territórios difusos no sistema global.

Em suma, os territórios e as políticas territoriais são apenas domínios de uma reflexão ainda por aprofundar.

O Turismo Rural é apenas um exemplo desta nova forma de convivência... de convergência.

Bibliografia

- Balabanian, Olivier (1999); “Le Tourisme Vert: Défi ou Utopie?”; in Carminda Cavaco (coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*; Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, n° 50; Centro de Estudos Geográficos; Lisboa.
- Castells, Manuel (1976); *Lutas Urbanas e Poder Político*; Col. Cidade em Questão, n°5; Afrontamento; Porto.
- Cavaco, Carminda (1999); “Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal”; in Carminda Cavaco (coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*; Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, n°50; Centro de Estudos Geográficos; Lisboa.
- Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio (1996); “Tourism and Sustainability: the Example of Coastal Portugal”; in *Partnership in Coastal Zone Management*; Samara Publishing Limited; Cardigan.
- Direcção Geral do Turismo (1997); *Guia Oficial do Turismo no Espaço Rural*; Lisboa.
- Fernandes, João Luís; Cravidão, Fernanda Delgado (1997); “Tourism and Sustainability in Marginal Régions”; in *Issues of Environmental, Economic and Social Stability in the Development of Marginal Régions: Practices and Evaluation- Proceedings*; Study Group on Development Issues in Marginal Régions, International Geographical Union; Glasgow.
- Fernandes, João Luís (1996); *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho - o Olhar de um Geógrafo*; Tese de Mestrado em Geografia; Faculdade de Letras; Coimbra.
- Hatzius, Thilo (1996); “Sustainability and Institutions- Catchwords or New Agenda for Ecologically Sound Development?”; *IDS Working Paper*, 48; University of Sussex; Brighton.
- Instituto Nacional de Estatística (vários anos); *Estatísticas do Turismo*; Lisboa.
- Leimgruber, Walter (1994); “Marginality and Marginal Régions: Problems of Définition”; in *Marginality and Development Issues in Marginal Régions*;

- Proceedings of the Study Group on Development Issues in Marginal Régions; National Taiwan University; Taipei.
- Leimgruber, Walter (1998); “Globalization, Deregulation, Marginalization: Where are we at the End of the Millennium?”; in *The Conséquences of Globalization and Deregulation on Marginal and Criticai Régions and Economie Systems*; Commission on Dynamics of Marginal and Criticai Régions, IGU; Meeting in Coimbra; Portugal.
- Martins, Luís Paulo Saldanha (1993); *Lazer, Férias e Turismo na Organização do Espaço no Noroeste Português*; Tese de Doutoramento; Faculdade de Letras; Porto.
- Moreno, Luís; Moreno, Maria do Rosário (1998); “Orientações Recentes de uma Geografia Social: o Desenvolvimento Local em Questão”; in *InforGeo - A Interdisciplinaridade na Geografia Portuguesa: Novos e Velhos Desafios*, nºs12/13; Associação Portuguesa de Geógrafos; Lisboa.
- Reis, José (1998); “Interior, Desenvolvimento e Território”; in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*:: Debates Presidência da República; INCM; Lisboa.
- Smith, Susan J. (1999); “Society-Space”; in Paul Cloke *et al* (editors), *Introducing Human Geographies*; Arnold; London.
- Umbelino, Jorge (1999); *Lazer e Território*; Série Estudos, nº 1; Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional; Universidade Nova de Lisboa.